

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 206/2021
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei em retromencionado, de autoria dos Vereadores Bráulio Lara, Fernanda Pereira Altoé e Marcela Trópia, que *Altera a Lei nº 8.616/2003, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte"*.

Ao Projeto, aprovado em primeiro turno, foram apresentadas quatro Emendas, sendo duas emendas-substitutivo.

Designado Relator para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 206/2021, passo à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O substitutivo-emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 206/2021, de autoria do Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão, objetiva incluir na proposta original pequenas alterações redacionais, que não modificaram a estrutura originária do projeto, incluindo supressões de termos e do artigo terceiro, que autorizava o executivo a firmar os termos de Adoção de áreas verdes de forma individual ou conjunta.

A emenda 2, de autoria do Vereador Ciro Pereira, visam acrescentar, ao rol de pessoas jurídicas ou físicas que têm legitimidade para a adoção de que trata o projeto, as empresas públicas e empresas que tenham filial ou endereço em Belo Horizonte.

A emenda 3, também de autoria do Vereador Ciro Pereira, permite que as empresas se utilizem da iniciativa da adoção de logradouros públicos para publicidade própria, como parte da agenda ESG por elas implementadas, resguardados os critérios indicados na redação original.

O substitutivo-emenda 4, de autoria dos vereadores Bráulio Lara, Fernanda Pereira Altoé e Marcela Trópia, apresenta revisão da redação do projeto original, mantendo, no entanto, suas disposições e não trazendo outros óbices ou inconformidades.

CMEH_DIRLEG-13/fev/23-15:28:23-000532-1



Finalizadas as considerações iniciais, passa-se às considerações técnicas de responsabilidade desta Comissão, nas iras do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No que diz respeito à constitucionalidade, de rigor verificar se a proposição em comento foi elaborada em observância aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

De responsabilidade, portanto, desta Comissão de Legislação e Justiça, o controle de constitucionalidade preventivo, a fim de impedir que disposições que firam às Constituições acima mencionadas sejam inseridas no ornamento jurídico municipal.

No caso em discussão, restou evidente que todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 206/2021 se encontram em harmonia com a competência municipal, prevista pelo art. 30, inciso I da Constituição da República, uma vez que dispõe sobre matéria de interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nesta esteira, dispõe a Constituição Mineira, em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

No que pertine aos substitutivos-emendas 1 e 4, não há óbices quanto ao prosseguimento, haja vista apenas adequarem a redação de dispositivos previstos no Projeto de Lei original.

No que diz respeito às emendas 2 e 3, tendo em vista apenas ampliarem o rol de legitimados à adoção de áreas públicas, e ampliarem as formas de manejo da publicidade advinda dessas iniciativas, também não vislumbramos impedimentos constitucionais à sua aprovação.

Diante do exposto, as Emendas 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 206/2021, do ponto de vista da constitucionalidade, se mostraram adequadas ao ordenamento jurídico, em linha com as pretensões dos legisladores.



2.2 Da Legalidade

Com relação à legalidade/juridicidade, é de competência desta Comissão de Legislação e Justiça examinar a consonância da proposta legislativa em face da legislação infraconstitucional. De rigor, portanto, estar a proposição em conformidade com as regras e princípios gerais jurídicos.

No tocante aos substitutivo-emenda nº 1 e 4, bem como emendas 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 383/2022, de autoria de Vereadores membros desta Casa, ressalta-se que a proposição se encontra em estrita concordância com o art. 87, II, "b" da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que estabelece:

Art. 87 - A iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São matéria de lei, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, que dependem de voto favorável:

(...)

II - da maioria dos membros da Câmara:

(...)

b) o código de posturas;

(...)

Desta feita, verifica-se que as emendas apresentadas estão em conformidade com a legislação infraconstitucional.

Concluo, portanto, pela legalidade/juridicidade das Emendas 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 206/2021.

2.3 Da Regimentalidade

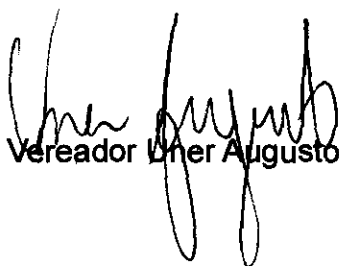
Não se identifica, no que concerne à regimentalidade, vício capaz de sustar o prosseguimento das Emendas 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 206/2021, vez que estão em linha com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Câmara.



3. DA CONCLUSÃO

Ex positis, o parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade das Emendas 1, 2, 3 e 4 ao Projeto de Lei nº 206/2021.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.



Vereador Lher Augusto



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 351/2022
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 351/2022 de autoria da nobre Vereadora Macaé Evaristo, que ***"Institui o "Estatuto da Igualdade Racial" no Município de Belo Horizonte"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 73 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei 351/2022 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei 351/2022 alvo deste parecer, tem por objetivo instituir o "Estatuto da Igualdade Racial", no âmbito do município de Belo Horizonte e segundo suas disposições, pretende-se que o mesmo seja o instrumento para orientar políticas públicas, ações, iniciativas e programas de promoção à igualdade racial destinadas à população negra, quilombola, indígena e cigana.

Em suma, a autora do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:



“A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o princípio da igualdade em que se define que todas as pessoas são iguais sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Contudo, não há de se falar em igualdade coletiva ou individual sem considerar as especificidades sociais de determinados grupos. Para a aplicação do princípio da igualdade é imprescindível que se atente ao entendimento majoritário jurídico doutrinário que pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

Dado o exposto, evidencia-se a importância de garantir a reparação de prejuízos históricos sociais imposto à determinados grupos para que a princípio da igualdade previsto na Carta Magna seja, de fato, efetivado.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar a Vereadora Macaé pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade



Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei 351/2022.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a



competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A ***Inconstitucionalidade material*** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 351/2022, verificando a competência municipal para tratar do tema.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;



Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

IV – promover plano, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;



Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

No quis diz respeito à questão da iniciativa para apresentar um Projeto de Lei, é necessária análise à luz de possível interferência entre os poderes e, ainda, considerar-se as matérias reservadas privativamente ao Chefe do Executivo.

A rigor, a instituição de um Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial pode se dar por iniciativa parlamentar. Todavia, analisando o texto da proposição, verifica-se que as medidas efetivas de promoção da igualdade racial são atribuídas ao Poder Executivo. A título de exemplo, colacionamos trechos do PL 351/2022:

Art. 14 - O Poder Público Municipal realizará o acompanhamento e o monitoramento das condições específicas de saúde da população negra no município de Belo Horizonte, visando à redução dos indicadores de morbimortalidade por doenças prevalentes na população negra.

Art. 15 - Serão instituídas políticas públicas de incentivo à pesquisa do processo de saúde e doença da população negra, quilombola, indígena e dos povos ciganos nas instituições de ensino, com ênfase:

Art. 16 - O Poder Público Municipal adotará políticas públicas para a população negra, quilombola, indígena e dos povos ciganos, destinadas à redução do risco de doenças que têm maior incidência para esse segmento, em especial, a doença falciforme, as hemoglobinopatias, o lúpus, a hipertensão, o diabetes, HTLV I e II e os miomas.



Art. 18 - O Município desenvolverá ações, iniciativas e programas para viabilizar e ampliar o acesso e fruição da população negra, quilombola, indígena e dos povos ciganos à educação, cultura, esporte e lazer, almejando:

Art. 19 - O Poder Público Municipal buscará o apoio técnico e financeiro, junto aos Governos Estadual e Federal, para a implementação das medidas previstas neste Capítulo, quando houver previsão Legal que determine ou autorize tal iniciativa.

Art. 20 - Fica assegurada a participação da população negra, quilombola, indígena e cigana em igualdade de oportunidades nos espaços de participação e controle social das políticas públicas de Educação, cabendo ao Poder Público Municipal promover o acesso desta população à Educação em todas as modalidades de ensino de sua competência.

Art. 21 - O Poder Público Municipal adotará ações e medidas, judiciais e extrajudiciais, para efetivar, na Rede de Ensino, Pública e Privada, a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana, afro-brasileira e indígena, em conformidade com o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, o Poder Público Municipal fomentará a formação inicial e continuada de Professores para a elaboração de material didático específico, em articulação permanente com os Governos Estadual e Federal, com a participação de entidades negras e da sociedade civil.

§ 2º O Município, incentivará e promoverá o reconhecimento de práticas didáticas e metodológicas no ensino da História e da Cultura Africana, afro-brasileira, indígena e cigana nas escolas do Sistema de Ensino Municipal.



§ 3º **O Município promoverá a acessibilidade de literatura** infantis negras, indígenas e ciganas que reproduza suas histórias, tradições e culturas, principalmente aquelas produzidas pela população negra, indígena e cigana, aos alunos e alunas da rede municipal de ensino.

Art. 22 - **O Poder Público Municipal buscará apoio técnico, financeiro e operacional** junto aos Governos Estadual e Federal para promover o acesso efetivo igualitário de crianças negras, indígenas e ciganas com idade entre zero e seis anos, à Educação Infantil, garantindo metodologias para a superação do abandono e evasão escolar.

Art. 23 - **O Município promoverá programas de incentivo, inclusão e permanência** da população negra, quilombola, indígena e cigana na Educação, adotando medidas para:

Art. 24 - **O Poder Público Municipal procederá à apuração administrativa das ocorrências** de racismo, discriminação racial e intolerância racial no âmbito das unidades da Rede Municipal de Ensino, através de estruturas administrativas especificamente criadas para este fim, **e se articulará para a prestação de apoio social, psicológico e jurídico específico** às pessoas atingidas, com prioridade no atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 25 - **O Município garantirá o reconhecimento das manifestações culturais preservadas** pelas sociedades negras, quilombolas, indígenas e ciganas em todas as suas formas de expressão cultural coletiva, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil.



Art. 26 - O Poder Público Municipal incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória das manifestações culturais de matriz africana e indígena, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 27 - O Poder Público Municipal, por meio do Sistema Municipal de Cultura fomentará e apoiará a produção cultural de grupos de manifestação cultural coletiva que desenvolvam atividades culturais voltadas para a valorização das artes urbanas e de periferia, das artes tradicionais, das artes populares, superação do racismo religioso; priorizando coletivos, produções e organizações independentes, mediante:

Art. 30 - O Poder Público Municipal reconhecerá, valorizará, promoverá e incentivará a identidade cultural e as festividades e celebrações tradicionais dos Reinados e Guardas de Congado, garantindo, dentro das competências e possibilidades orçamentárias de cada órgão, o apoio institucional para a realização de seus eventos, por meio de:

Art. 31 - O Poder Público Municipal fomentará o pleno acesso da população negra, quilombola, indígena e cigana às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

Art. 32 - Cabe ao Município promover a democratização e descentralização do acesso a espaços, atividades e iniciativas gratuitas de esporte e lazer, nas suas manifestações educativas, artísticas e culturais, como direito de todos, visando integrar as populações das periferias em sua diversidade de faixa etária, valorizando a auto-organização e as práticas desportivas oriundas



da população negra, indígena e cigana, fomentando a participação desta população nas atividades.

Art. 37 - O Poder Público Municipal adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:

Art. 38 - O Poder Público Municipal adotará ações para resguardar a liberdade religiosa dos povos tradicionais de terreiro no município de Belo Horizonte, por meio da garantia de proteção dos territórios sagrados existentes no município e:

Art. 39 - O Poder Público Municipal adotará os procedimentos administrativos necessários para o reconhecimento fundiário dos terrenos pertencentes às entidades religiosas de matrizes africanas, em cumprimento ao disposto na alínea "b" do inciso VI do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de abril de 1988.

Art. 40 - O Município estabelecerá diretrizes à regularização fundiária e urbanística dos terrenos em que se situam templos e espaços de culto das religiões de matrizes africanas e quilombos urbanos, em articulação com as entidades representativas deste segmento.

Art. 41 - O Município garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra, indígena e cigana em situação de rua, que vive em favelas, palafitas, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.



Art. 42 - O Município promoverá a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade no acesso da população negra e quilombola ao trabalho, à qualificação profissional, ao empreendedorismo, ao emprego, à renda e ao desenvolvimento econômico, especialmente para as mulheres e população LGBTQIA. negra, quilombola, indígena e cigana, inclusive no acesso a cargos na Administração Pública Direta e Indireta, com o percentual mínimo de 30% (trinta por cento).

Art. 44 - O Município passará a prever em editais de licitação de obras e serviços, seja realizada a contratação de trabalhadores oriundos dos serviços de Assistência Social de Belo Horizonte que atendem pessoas em situação de rua em percentual não inferior a 2% (dois por cento) do efetivo contratado, sempre que o objeto da obra ou serviço for compatível com a utilização de mão de obra de qualificação básica.

Art. 47 - Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta ficam obrigados a incluir cláusulas de participação de artistas negros e indígenas nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário, em proporção não inferior a 50% (cinquenta por cento) do número total de artistas e figurantes.

Art. 48 - Sem prejuízo das demais disposições deste Estatuto, o Município garantirá a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa de direitos, a proteção contra a violência e a participação das mulheres negras, quilombolas, indígenas e ciganas na vida social, política, econômica, cultural e em projetos de desenvolvimento local, assegurando o fortalecimento de suas organizações representativas, por meio da adoção das seguintes medidas:



Art. 49 - **O Município incentivará a representação das mulheres** negras, quilombolas, indígenas e ciganas nos Órgãos colegiados municipais de participação, formulação e controle social das políticas públicas, nas áreas de promoção da igualdade racial, saúde, educação e em outras áreas que lhes sejam concernentes.

Art. 50 - **Cabe ao Poder Público Municipal assegurar a articulação e a integração entre as políticas** de promoção da igualdade racial e combate ao racismo e ao sexismo e as políticas para as mulheres negras, quilombolas, indígenas e ciganas no âmbito de sua competência.

Art. 51 - Sem prejuízo das demais disposições deste Estatuto, **o Município garantirá a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e a participação** da juventude negra e quilombola na vida social, política, econômica, cultural e nos projetos de desenvolvimento local, assegurando-se o fortalecimento de suas organizações representativas.

Art. 52 - **O Município incentivará a representação** da juventude negra, quilombola, indígena e cigana nos órgãos colegiados municipais de formulação, implementação e controle social das políticas públicas, nas áreas de promoção da igualdade racial, juventude, educação, cultura, esportes, lazer e em outras áreas que lhe sejam concernentes.

Art. 53 - **O Poder Público Municipal acompanhará os dados estatísticos** sobre o impacto das violações de direitos humanos e a qualidade de vida da juventude negra, quilombola, indígena e cigana no município, em especial dados relativos a crimes de homicídio, lesões corporais, contra a honra e a dignidade sexual.



Art. 54 - Sem prejuízo das demais disposições deste Estatuto, o **Município garantirá a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa de direitos, a inclusão e a participação** das pessoas negras em situação de rua na vida social, política, econômica, cultural e em projetos de desenvolvimento local, assegurando o acesso desta população aos serviços públicos municipais.

Art. 55 - O Município acompanhará os dados estatísticos sobre o número de pessoas negras em situação de rua, utilizando essas informações para a formulação de diretrizes e a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, em cooperação com o Estado e a União.

Art. 56 - O Poder Público Municipal promoverá a adequação dos serviços públicos ao princípio do reconhecimento e da valorização da diversidade e da diferença racial, religiosa e cultural, em conformidade com o disposto neste Estatuto.

Art. 57 - No contexto de combate ao racismo institucional, o Poder Público Municipal desenvolverá as seguintes ações:

Art. 59 - O Poder Público Municipal promoverá a oferta aos servidores de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para o combate ao racismo institucional.

Art. 60 - Fica determinado que a eficácia do combate ao racismo institucional será considerada um dos critérios de avaliação externa e interna da qualidade dos serviços públicos do Município em Belo Horizonte.

Parágrafo único. **Caberá ao Poder Público Municipal estabelecer os meios necessários** para subsidiar e atender as avaliações de que trata o caput.



Art. 62 - Para o cumprimento das disposições contidas neste Estatuto, **o Município poderá** celebrar convênios, contratos, acordos ou instrumentos similares de cooperação com Órgãos Públicos ou instituições privadas.

Ao analisar os dispositivos destacados do Projeto, verifica-se que os mesmos acabam por tratar de matérias privativas do Executivo Municipal.

No art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O que também é ratificado pelo **art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais**:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Dessa forma, não é admissível que um Poder ingresse na área de atuação do outro Poder, que invada as competências que lhes foram atribuídas.



Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Temos que as determinações constantes nos dispositivos citados encontram-se no âmbito da atividade administrativa do Município, cuja organização, funcionamento e direção superior cabe ao Chefe do Executivo Municipal, com auxílio dos Secretários Municipais.

Assim, o Projeto ao dispor sobre as atribuições de órgãos e entidades da administração pública, acaba por incorrer em indevida ingerência no Poder Executivo, implicando na transgressão ao princípio da harmonia, separação e independência dos Poderes conforme preconizado pelas Constituições Federal e Estadual.

Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Observarmos a aplicação do referido princípio nos seguintes dispositivos da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, respectivamente:

Constituição Mineira:

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:



f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos **demais órgãos da Administração Pública**, respeitada a competência normativa da União;

LOMBH:

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:

d) **a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública**, exceto as da Defensoria do Povo;

Ambos dispositivos guardam simetria com a seguinte determinação da Magna Carta:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) **criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica** ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, **serviços públicos** e pessoal da administração dos Territórios;



Verifica-se assim, que nos termos do princípio da separação dos poderes, a Lei Orgânica e a Constituição Estadual, perfilhando as diretrizes da Constituição Federal, atribuem a um Poder competências próprias, insuscetíveis de invasão por outro.

Não se trata, portanto, de atividade sujeita a disciplina legislativa. Assim, o Poder Legislativo não pode através de lei ocupar-se da administração, sob pena de se permitir que o legislador administre invadindo área privativa do Poder Executivo.

Quando o Poder Legislativo do Município edita lei tratando de competência privativa do Poder Executivo, como ocorre no caso em exame, ele acaba por invadir, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação de poderes.

Assim, a proposição legislativa ora em análise é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa por violar o princípio da separação de poderes.

É pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Conforme lição do saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

"a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a



executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante.

(...) todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário.

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 15ªed. São Paulo, Malheiros, 2006)

Assim, ao Poder Executivo são outorgadas atribuições típicas da função administrativa, como a determinação das funções e das competências dos órgãos que compõe sua estrutura. Em essência, a separação ou divisão de poderes:

“(...) consiste em confiar cada uma das funções governamentais (legislativa, executiva e jurisdicional) a órgãos diferentes (...) A divisão de Poderes fundamenta-se, pois, em dois elementos: (a) especialização funcional, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função (...); (b) independência orgânica, significando que, além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação”.

(SILVA, José Afonso. Comentário contextual à Constituição, São Paulo: Malheiros, 2006, 2ª ed.)



Deste modo, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e a independência que deve existir entre os poderes estatais.

Por estas razões concluímos pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 351/2022.

Dito isto, gostaríamos apenas de inferir que o instrumento adequado para a consecução dos objetivos do presente Projeto seria o da indicação ao Poder Executivo, nos termos do Regimento Interno dessa Casa.

1.2) Da Legalidade e da Regimentalidade

Tendo em vista a constatação da **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 351/2022, restam prejudicados os exames da Legalidade e Regimentalidade do mesmo.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto é pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 351/2022.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2022.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:02377
068731

Assinado de forma digital por JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2023.02.13 13:53:28 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 13/02/2023 17:02:31 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer - PL 351-22 - 1º Turno - assinado.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 11e568c24e24bd999d1e38fa51c87ad8f7cb91d8f36b2f17497273a214e13980
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:*770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 13/02/2023 16:53:28 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 426/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 35, de 30/08/2022) que *Altera as Leis nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, nº 9.154, de 12 de janeiro de 2006, nº 9.319, de 19 de janeiro de 2007, nº 9.450, de 13 de novembro de 2007, nº 10.754, de 19 de setembro de 2014, nº 11.373, de 4 de julho de 2022, nº 11.374, de 4 julho de 2022, nº 11.375, de 4 de julho de 2022, e nº 11.376, de 4 de julho de 2022.*

Ao Projeto, aprovado em primeiro turno, foram apresentadas quatro Emendas e, à Emenda 1, foram apresentadas duas subemendas.

Designado Relator para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 426/2022 e das Subemendas 1 e 2 à Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 426/2022, passo a fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria do Executivo Municipal, o substitutivo-emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 426/2022 inclui o reajuste do vencimento e salário-base dos integrantes da carreira dos Advogados Públicos Autárquicos do Município e da Gratificação de Metas Jurídicas — GMJ instituída pelo § 1º do art. 9º da Lei nº 10.898, de 30 de dezembro de 2015. Além disso, promove-se a alteração na forma de pagamento da GMJ, que passará a ser o equivalente a 33,11018% (trinta e três vírgula onze mil e dezoito por cento) do vencimento salário-base inicial do cargo.

A subemenda nº 1 à emenda nº 1, bem como a emenda nº 2, de autoria do Vereador Pedro Patrus, alteram os incisos XII e XVII do parágrafo único, do art. 135, da Lei nº 7.169/1996, para considerar como dias de efetivo exercício o tempo de cessão para órgãos ou entidades da administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos entes federativos brasileiros. Tal alteração confere aos servidores cedidos supramencionados o direito ao quinquênio previsto no caput do art. 135 do Estatuto dos Servidores Público do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 13.10.2023
HORA. 13:57:55

A subemenda nº 2 à emenda nº 1, bem como a emenda nº 3 e a subemenda nº 1 à emenda nº 4, de autoria do Vereador Pedro Patrus, alteram os incisos II e III do § 4º, do art. 91, da Lei 7.169/1996 retirando a restrição sobre a consideração do tempo como efetivo exercício. Destarte todos os servidores nas condições arroladas nos incisos II e III do Art. 91, §4º, serão considerados avaliados.

De autoria do Executivo Municipal, o substitutivo-emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 426/2022 – além das alterações explicitadas no substitutivo-emenda nº 1 – determina a criação de 31 (trinta e um) cargos de Coordenador de Unidade Cultural do Quadro Específico da Fundação Municipal de Cultura, com novos valores para o piso de remuneração e para a gratificação de dedicação exclusiva, e de 9 (nove) cargos de Coordenador de Atendimento Regional Adjunto. Além disso, prevê-se que o provimento do cargo de Coordenador de Unidade Cultural deverá observar o percentual mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) por recrutamento limitado.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 426/2022 e subemendas apresentadas à Emenda nº 1 e à Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 426/2022 encontram-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

No que diz respeito ao substitutivo-emendas nº 1, não há óbices constitucionais, haja vista atentar-se à iniciativa correspondente à competência do Poder Executivo de dispor sobre o regime jurídico, vencimentos e criação de cargo da Administração Direta e Indireta.

Em relação ao substitutivo-emenda nº 4, apesar de estar de acordo com a competência do Poder Executivo, a proposição cria cargos e despesas ao arripio dos preceitos constitucionais previstos no art. 169.

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Não verificado os requisitos previstos nos incisos I e II do §1º do art. 169 da Constituição Federal de 1988, evidencia-se a inconstitucionalidade do substitutivo-emenda nº 4.

Quanto às Emendas nº 2 e 3, às Subemendas nº 1 e 2 à emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4, de autoria do Vereador Pedro Patrus – apesar de tratar do regime jurídico de servidor, entendo não serem inconstitucionais em razão do

posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que define a inconstitucionalidade das emendas apenas quando estas aumentam despesas e fogem ao tema do Projeto.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PODER DE EMENDA PARLAMENTAR: PROJETO DE INICIATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SERVIDOR PÚBLICO: REMUNERAÇÃO: TETO. C.F., art. 96, II, b. C.F., art. 37, XI. I. - Matérias de iniciativa reservada: as restrições ao poder de emenda ficam reduzidas à proibição de aumento de despesa e à hipótese de impertinência da emenda ao tema do projeto. Precedentes do STF: RE 140.542-RJ, Galvão, Plenário, 30.09.93; ADIn 574, Galvão; RE 120.331-CE, Borja, "DJ" 14.12.90; ADIn 865-MA, Celso de Mello, "DJ" 08.04.94. II. - Remuneração dos servidores do Poder Judiciário: o teto a ser observado, no Judiciário da União, é a remuneração do Ministro do S.T.F. Nos Estados-membros, a remuneração percebida pelo Desembargador. C.F., art. 37, XI. III. - R.E. não conhecido. (RE 191191, Relator(a): CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 12/12/1997, DJ 20-02-1998 PP-00046 EMENT VOL-01899-04 PP-00691)

Tratando a matéria de regime jurídico – pertinente ao tempo de efetivo exercício e da supressão de restrições para a avaliação para progressão profissional – e não vislumbrando aumento direto de despesa com as emendas e subemendas de autoria parlamentar – entendo não haver impedimento para o prosseguimento das Emendas nº 2 e 3, das Subemendas nº 1 e 2 à emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4

Por tudo exposto, concluo pela inconstitucionalidade da Emenda nº 4 e pela constitucionalidade das Emendas nº 1, 2 e 3 e das Subemendas nº 1 e 2 à Emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No tocante aos substitutivos-emendas nº 1 e 4º ao Projeto de Lei nº 426/2022, de autoria do Executivo, ressalta-se que se encontram em estrita concordância com o art. 88, II, “d” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que estabelece:

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

(...)

II - do Prefeito:

- a) a criação de cargo e função públicos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;
- b) o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluído o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;
- c) o quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;

Destaca-se que o substitutivo-emenda nº 1, de autoria do Executivo, veio acompanhada de declaração do Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, Sr. André Reis, que diz:

(...) que o valor total do impacto para o ano de 2022, estimado em R\$ 617.982,27 (seiscentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos), está previsto no Grupo de Natureza de Despesa 1 constante da Lei Orçamentária de 2022 e nas projeções atuais de execução orçamentária, refletindo reajuste e concessões no plano de carreira dos Advogados Públicos Autárquicos do Município, acordado com a representação sindical dos servidores municipais. (...) Acrescentamos que o montante que refletirá nas contas do município em 2023 e 2024 está estimado, para cada um dos anos, em R\$ 1.966.734,83 (um milhão, novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos).

Observa-se, pois, que o dispositivo em apreço apresenta-se em conformidade com os arts. 15 à 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, no que concerne ao substitutivo-emenda nº 4, não foram observados os requisitos previstos nos art. 15 à 17 da Lei 101/2000. Sendo, portanto, considerado ilegal.

Em razão do já observado no tópico sobre a constitucionalidade, entendo pela legalidade das Emendas nº 2 e 3, e das Subemendas nº 1 e 2 à emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4

Concluo, portanto, pela ilegalidade/juridicidade da Emenda nº 4 e pela legalidade/juridicidade das Emendas nº 1, 2 e 3 e das Subemendas nº 1 e 2 à Emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento das Emendas nº 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 426/2022, das Subemendas 1 e 2 à Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 426/2022 e da Subemenda 1 à Emenda 4 ao Projeto de Lei nº 426/2022 haja vista estarem em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade da Emenda nº 4 e pela constitucionalidade das Emendas nº 1, 2 e 3 e das Subemendas nº 1 e 2 à Emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4; pela ilegalidade da Emenda nº 4 e pela legalidade das Emendas nº 1, 2 e 3 e das Subemendas nº 1 e 2 à Emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4; pela Regimentalidade das emendas 1 a 4 e das Subemendas nº 1 e 2 à Emenda nº 1 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.02.13 15:58:42 -03'00'

Vereador Irlan Melo

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 13/02/2023 19:02:09 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer PL 426.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	03536aac93bccd25de9f419c8cfe2ec51692387a03dfa82a855a cb0684960349
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:*607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	13/02/2023 18:58:42 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante**► Caminho de certificação****► Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS**Modo escuro ☐



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 4/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 4/21, que “Acrescenta o art. 93-D à Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Léo, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 2 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe destacar a inserção de um parágrafo único ao art. 93-D, proposto pela proposição à Lei nº 8.616/13, em decorrência da aprovação da Emenda nº 2.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 4/21.

Belo Horizonte, 10 / 02 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-10/Fev/23-15:18:08-000484-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 4/21

Acrescenta o art. 93-D à Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado à Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, o seguinte art. 93-D:

“Art. 93-D - Fica permitida a instalação de sanitário público em banca de jornal e revista, conforme padrão estabelecido em regulamento e mediante licenciamento, cabendo à pessoa detentora do licenciamento da banca a instalação, a manutenção e a exploração do sanitário, conforme avaliação técnica do Executivo.

Parágrafo único - O acesso ao sanitário público a que se refere este artigo deverá ser universal, sendo vedado o impedimento de seu uso por qualquer cidadão em razão de preconceito de origem, raça, gênero, cor, idade, renda ou outra forma de discriminação.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 / 02 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 124/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 124/21, que “Altera a Lei nº 11.185/19, que ‘Dispõe sobre o uso do sistema viário urbano do Município para a prestação de serviços de transporte individual privado remunerado de passageiros, e dá outras providências”, de autoria do vereador Wesley, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Em particular, cabe destacar a reestruturação do parágrafo único do art. 1º para tornar mais direta a ordem dos elementos da frase. As adequações promovidas não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado nem a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 124/21.

Belo Horizonte, 09 / 02 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-10/fev/23-13:03:46-000440-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 124/21

Altera a Lei nº 11.185/19, que “Dispõe sobre o uso do sistema viário urbano do Município para a prestação de serviços de transporte individual privado remunerado de passageiros, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 15 da Lei nº 11.185, de 13 de agosto de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único - O Otir poderá excluir o motorista de sua plataforma, independentemente de sanção aplicada pela BHTrans, desde que a exclusão seja precedida de notificação, que conterà a fundamentação e a indicação expressa do dispositivo infringido, assegurado o contraditório e a ampla defesa na forma do regulamento, hipótese na qual deverá comunicar imediatamente à BHTrans.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 / 02 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 155/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 155/21, que “Altera o Anexo VI da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações aos padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 155/21.

Belo Horizonte, 07/02/23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-07/fev/23-15:02:15-000357-1



PROJETO DE LEI Nº 155/21

Altera o Anexo VI da Lei nº 11.181/19, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O Anexo VI da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, passa a vigorar acrescido da atualização da classificação viária constante do anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07/02/23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

ANEXO

Atualização da Classificação Viária, conforme art. 83						
Logradouro	Regional	Bairro	Trecho	PU ¹	Reunião	CV ²
Rua das Ostras	Oeste	Santa Maria	Em toda a sua extensão	VM	262	–
Rua Rubens Caporali Ribeiro	Oeste	Buritis	Entre a Avenida Aggeo Pio Sobrinho e a Rua Senador José Augusto	VM	275	–

¹PU: classificação quanto à permissividade de usos.

²CV: classificação viária. Para as vias sem indicação de CV, a classificação viária permanece inalterada.



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 432/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 432/22, que “Institui o Programa Escola Feliz, no Município de Belo Horizonte”, de autoria da vereadora Marcela Trópia, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 432/22.

Belo Horizonte, 07/02/23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-07/Fev/23-15:02:32-000358-1



X - estímulo à integração entre os alunos e a construção de um ambiente escolar democrático, inclusive com a formação de grêmios, grupos esportivos e de estudos, conferindo o máximo de autonomia possível aos alunos para a condução de seus trabalhos;

XI - promoção de visitas a alunos evadidos, como forma de incentivo ao seu retorno escolar;

XII - uso de mecanismos de Incentivo para Escolhas Certas - *nudge* - para prevenir o abandono escolar e a evasão escolar;

XIII - promoção de palestras e de rodas de conversas para conscientização e combate às principais causas sociais de evasão escolar;

XIV - identificação de alunos e famílias que precisem de apoio financeiro para despesas básicas e acionamento das secretarias responsáveis;

XV - desenvolvimento, durante todo o ano letivo, de programas, de ações e de articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos que visem combater o *bullying*, com acompanhamento de psicólogos e de assistentes sociais.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 / 02 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



PROJETO DE LEI Nº 432/22

Institui o Programa Escola Feliz.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Esta lei institui o Programa Escola Feliz e define os princípios e as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas no Município, em consonância com a Lei nº 10.917, de 14 de março de 2016, que contém o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte - PME, com os arts. 157 e 158 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH - e com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC - prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBen.

§ 1º - A implementação das diretrizes e das ações do Programa Escola Feliz será executada de forma intersetorial e integrada, sob a coordenação do Executivo.

§ 2º - O programa instituído por esta lei poderá ser complementado e desenvolvido, na medida do necessário, por órgãos municipais de outras áreas além da Educação, em especial das áreas da Saúde, da Assistência e Desenvolvimento Social, da Cultura e dos Esportes.

§ 3º - Para o dinamismo do programa instituído por esta lei, serão empreendidos esforços para a atuação conjunta entre diferentes órgãos municipais, estaduais e federais, assim como entidades não governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada.

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se:

I - abandono escolar: a situação que ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo, mas retorna no ano seguinte;

II - evasão escolar: a situação do aluno que abandonou a escola ou foi reprovado em determinado ano letivo e que, no ano seguinte, não tenha efetuado a matrícula para dar continuidade aos estudos;

III - projeto de vida: atividades e/ou disciplinas desenvolvidas nas escolas, em que se discutem as aspirações dos alunos para o futuro e as principais possibilidades acadêmicas e profissionais disponíveis para após a conclusão do ensino básico;

IV - incentivo para escolhas certas - *nudge*: estímulos de comportamentos promovidos pelo poder público, com vistas a prevenir e combater, de forma mais eficaz, o abandono e a evasão escolar.

Art. 3º - São princípios do programa instituído por esta lei reconhecer:



I - a educação como principal fator gerador de crescimento econômico, de aumento da renda média e de diminuição da violência;

II - a escola como ambiente de desenvolvimento social, cultural, ético e crítico, complementar à formação e ao bem-estar dos alunos;

III - o acesso ao conhecimento como recurso necessário para melhoria da qualidade de vida, geração de autonomia, liberdade e pleno desenvolvimento cidadão do estudante;

IV - o aprendizado contínuo desde a infância como fator valioso na melhoria da saúde, no aumento da renda e na satisfação das pessoas;

V - os profissionais da Educação, da Psicologia e da Assistência Social como fundamentais no tratamento das questões de evasão escolar.

Art. 4º - O programa instituído por esta lei observará as seguintes diretrizes:

I - desenvolvimento de programas, de ações e de articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos, que visem o desenvolvimento de competências socioemocionais do aluno durante todo o ano letivo;

II - desenvolvimento de programas, de ações e de articulação entre órgãos públicos e sociedade civil sem fins lucrativos, que visem o desenvolvimento cognitivo do aluno durante todo o ano letivo;

III - expansão do número de escolas inseridas na política de educação integral no Município;

IV - aproximação da família do aluno de suas atividades escolares, de suas ambições pessoais, de seus planos futuros e de seu ambiente estudantil;

V - promoção de atividades que aproximem os alunos e estreitem vínculos entre eles;

VI - promoção de disciplinas e/ou atividades pedagógicas de projeto de vida, para os fins do disposto no art. 2º, III, desta lei;

VII - estruturação de avaliações diagnósticas e promoção de ações de reforço para os alunos que delas necessitarem, de acordo com a demanda existente no espaço educacional;

VIII - promoção de atividades de autoconhecimento;

IX - promoção de ações que estimulem a participação dos alunos nas decisões de suas turmas e séries;

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI 437/2022

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Excelentíssimo Vereador Professor Juliano Lopes que *Dá o nome de Senhor José do Carmo à Rua Dois localizada no bairro Diamante.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise do aspecto jurídico e do mérito do Projeto de Lei nº 437/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Em suma, o Projeto de Lei nº 437/2022 objetiva denominar como Senhor José do Carmo a Rua Dois, no bairro Diamante (Barreiro). De acordo com o ilustre Vereador Professor Juliano Lopes, o homenageado foi um morador muito querido pela comunidade local em razão de sua dedicação em favor de melhorias da região. Ademais, o Sr. José do Carmo também promoveu diversos eventos culturais e esportivos no Barreiro.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

2.1 Do aspecto jurídico

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 09/02/23
HORA: 11:35:24

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 437/2022 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Ademais, também não se observa inconstitucionalidade material que possa macular o prosseguimento do Projeto de Lei nº 437/2022.

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

Ressalta-se que o Projeto de Lei nº 437/2022 encontra-se em harmonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

(...)

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

(...)

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Urge ainda destacar que, para lograr êxito na proposição em tela, o legislador deve atentar-se aos preceitos legais estabelecidos pela Lei 9.691/2009, que disciplina a identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano no município de Belo Horizonte. Observa-se, pois, que o projeto de lei foi instruído com os documentos exigidos pelo art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e 29 da referida Lei nº 9.691/2009.

Observa-se ainda que o Projeto de Lei nº 437/2022 encontra-se em estrita concordância com as demais legislações infraconstitucionais.

Corroborando com o entendimento aqui explanado a resposta do Poder Executivo à Proposta de Diligência sobre o Projeto de Lei nº 437/2022. No Parecer apresentado, a PBH – por meio dos órgãos competentes – informa não haver impedimentos para a nomeação pleiteada pelo ilustre Vereador Braulio Lara.

Por fim, não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 437/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Diante de todo acima exposto, concluo pela juridicidade do Projeto de Lei nº 437/2022.

2.4 Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre “denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas”, tornando este parecer conclusivo.

No mérito, reportamo-nos à confiança absoluta havida nas informações do ilustre colega Vereador Professor Juliano Lopes, de conduta irrefutável e ilibada. Por tal razão, evidencia-se ser do interesse da comunidade denominar como Senhor José do Carmo a Rua Dois, no bairro Diamante, haja vista a notória contribuição deste falecido cidadão com o desenvolvimento esportivo e cultural do bairro e da região do Barreiro.

Nestes termos, em análise de mérito, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 437/2022.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela juridicidade e aprovação do Projeto de Lei nº 437/2022.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2023.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:92360769
634**

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC.SOLUTI
Múltipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.02.09 11:26:59 -03'00'

Vereador Irlan Melo

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 09/02/2023 14:43:33 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 437-22 - próprio Senhor José do Carmo.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 97226Sad77937f663a10f07662ce803f2b4453fdd1cc9f388d294dd2473b6fb9
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA

MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 09/02/2023 14:26:59 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 440/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 440/2022 de autoria da nobre Vereadora Duda Salabert , que " Dá o nome de Via de Pedestre Anyky Lima à Via de Pedestre Sem Nome, no Bairro Palmares. ".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

1) Preliminarmente

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dita, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos da resposta constante às fls. 18-25 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: que, após consulta ao Plano de Obras do Município e aos controles da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos – GEPLENSD e Gerência de Controle de Empreendimentos – GECEMSD, não foram localizados empreendimentos para o local em questão.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU informou: não haver impedimento para a adoção do nome de Via de Pedestre Anyky Lima à Via de Pedestre Sem Nome, no Bairro Palmares.

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: que a Via de Pedestre Sem Nome (código 008563) está identificada na planta CP-053-002-M, Bairro dos Palmares e é de propriedade do Município de Belo Horizonte.

2) Do aspecto jurídico

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando

direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 440/2022, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de

acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei 440/2022.

No que se refere ao aspecto jurídico, temos que os Projetos de Lei devem ser analisados sob o prisma dos atributos da norma legal, da legalidade, da conformidade aos princípios jurídicos e da técnica legislativa.

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 440/2022, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 440/2022 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao: II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Nos termos da resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Política Urbana e pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, temos que o Parque das Mangabeiras de fato enquadra-se nas definições constantes no art. 3º, III e art. 7º da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", devendo assim atender ao comando constante no art. 23 da referida Lei:

Art. 23 - A outorga de nome oficial a próprio público e a passagem dar-se-á por lei, que deverá dispor sobre a identificação e a localização destes.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 324/22 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:

Art. 29 - É vedado modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 (dez) anos a próprio público, a passagem e a bairro, salvo em caso de duplicidade de nome ou do disposto no inciso II do art. 21 desta Lei.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não se aplica ao próprio público ou à passagem cuja denominarão não seja nome de pessoa e em que não existam moradores.

Art. 30 - O próprio público e a passagem poderão ter seus nomes modificados por lei, observado o disposto no art. 29 desta Lei, nas seguintes hipóteses:

II - alteração de parte de nome sem alterar sua essência, mediante inclusão ou supressão de palavra ou de partícula gramatical;

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 440/2022, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo

discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

Por técnica legislativa ou nos termos do Regimento Interno dessa casa, regimentalidade, entende-se como o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Temos que o PL 440/2022 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Nestes termos, votamos pela juridicidade do Projeto de Lei 440/2022.

3) Do mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Tendo por justas as razões e as informações apresentadas pela autora na justificativa do Projeto, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Anyky Lima

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei 440/2022.

4) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto, é pela juridicidade e aprovação do Projeto de Lei 440/2022.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'B' followed by a series of loops and a horizontal line.

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 444/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 444/22, que “Institui a implementação de faixas exclusivas para o transporte coletivo público de passageiros nas vias que menciona e dá outras providências”, de autoria dos vereadores Gabriel, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier e Célio Frois, das vereadoras Duda Salabert, Fernanda Pereira Altoé e Flávia Borja, dos vereadores Helinho da Farmácia, Irlan Melo, Jorge Santos, Léo e Marcos Crispim, da vereadora Marilda Portela e dos vereadores Miltinho CGE, Pedro Patrus, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Wanderley Porto, Wesley e Wilsinho da Tabu, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre elas destaca-se a conformação da ementa ao disposto no art. 1º. Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 444/22.

Belo Horizonte, 09 / 02 / 23

RELATOR

CHEH_DIRLEG-10/Fev/23-13:04:06-000441-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 444/22

Institui a faixa exclusiva para o transporte coletivo público de passageiros por ônibus nas vias arteriais do Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - As vias arteriais do Município contarão com faixa exclusiva destinada ao serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus.

Parágrafo único - A autorização para a circulação de outros veículos na faixa exclusiva de que trata o *caput* deste artigo caberá ao Executivo, por meio de regulamento.

Art. 2º - O disposto no *caput* do art. 1º desta lei não se aplica aos casos em que, por motivo de ordem legal, técnica ou contrariedade ao interesse público, a via não puder comportar a instalação de faixa exclusiva, desde que devidamente justificados por ato administrativo motivado e publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único - Nos casos de que trata o *caput* deste artigo, o ato administrativo que excluir a implementação de faixa exclusiva em via arterial será individualizado, não podendo um mesmo ato justificar o impedimento à implementação de faixa exclusiva em mais de 1 (uma) via.

Art. 3º - A faixa exclusiva de que trata esta lei poderá ser reversível, respeitada a exclusividade para os veículos destinados ao transporte público coletivo de passageiros durante os períodos considerados de pico, definidos em regulamento pelo órgão municipal competente.

Art. 4º - As vias arteriais ou trechos de vias arteriais contidos no perímetro da Avenida do Contorno serão objeto de estudo e análise específica, que considerará todo o contexto de mobilidade urbana, não limitado ao tráfego de veículos automotores.

Art. 5º - Para os efeitos desta lei, considera-se via arterial aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 / 02 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de
redação final até
____/____/____
DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Resolução nº 462/22

Relatório

O Projeto de Resolução nº 462/22, que “Altera a Resolução nº 1.480/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte”, de autoria da Mesa Diretora, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Em particular, foi corrigida, no *caput* do art. 1º do presente projeto, a data de promulgação da Resolução nº 1.480/90, com o fim de sanar eventual lapso manifesto. As adequações promovidas não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado nem a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Resolução nº 462/22.

Belo Horizonte, 10 / 02 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-10/fev/23-15:17:49-000483-1



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 462/22

Altera a Resolução nº 1.480/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - O § 3º do art. 32 da Resolução nº 1.480, de 7 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32 - [...]"

§ 3º - Para exercer a liderança do governo, o prefeito poderá indicar, mediante ofício ao presidente da Câmara, vereador que, por sua vez, poderá indicar 1 (um) vice-líder."

Art. 2º - Fica revogado o § 2º do art. 32 da Resolução nº 1.480/90.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 / 02 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de redação final até

____/____/____

DIVATO



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 471/2023
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
TURNO ÚNICO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 471/2023 de autoria do nobre Vereador Henrique Braga, que ***“Dá o nome de Rei Pelé à Praça da Bandeira, no Bairro Serra, e dá outras providências”***.

Considerando-se que, no Município de Belo Horizonte a questão é regulada por legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.691/09 que *“Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências”*.

Considerando-se que, em razão da última alteração do Regimento Interno dessa Casa, na Comissão de Legislação e Justiça:

Art. 53 - Serão considerados conclusivos os pareceres:

I - a projetos que versem sobre denominação de próprio público, concessão de homenagem cívica e definição de data comemorativa;

Entendemos ser necessária a seguinte providência no que tange o Projeto 471/2023 para formulação do devido juízo acerca de seu aspecto jurídico e de mérito, nos termos do art. 52, I, “b” do Regimento Interno:

- seja o Projeto baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Fuad Noman, ***a fim de que seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer para que seja verificado se existe impedimento à pretendida nomeação de próprio público referente a Praça da Bandeira situada na confluência das avenidas Afonso Pena, Agulhas Negras e***



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

Bandeirantes, no Bairro Serra, para “Rei Pelé”, nos termos da Lei 9.691/2009.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:02377
068731

Assinado de forma digital por JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2023.02.13 13:59:20 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	13/02/2023 17:05:49 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	PL 471-23 - Proposta de diligência - assinada.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	6cd3f328f129ba6ebc00a2e9b054c074705be333d5f5c73a2aae60a2431e3407
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:*770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	13/02/2023 16:59:20 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 472/2023
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
TURNO ÚNICO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 472/2023 de autoria do então Vereador Léo, que ***"Dá nova denominação ao próprio público que menciona, localizado no bairro Anchieta"***.

Considerando-se que, no Município de Belo Horizonte a questão é regulada por legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.691/09 que ***"Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências"***.

Considerando-se que, em razão da última alteração do Regimento Interno dessa Casa, na Comissão de Legislação e Justiça:

Art. 53 - Serão considerados conclusivos os pareceres:

I - a projetos que versem sobre denominação de próprio público, concessão de homenagem cívica e definição de data comemorativa;

Entendemos ser necessária a seguinte providência no que tange o Projeto 472/2023 para formulação do devido juízo acerca de seu aspecto jurídico e de mérito, nos termos do art. 52, I, "b" do Regimento Interno:

- seja o Projeto baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Fuad Noman, ***a fim de que seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer para que seja verificado se existe impedimento à pretendida nomeação de próprio público referente ao Parque Municipal Julien Rien, situado na região Centro-sul da capital, no bairro Anchieta (entradas na Av.***



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG FL.

Bandeirantes e outra na Praça Marino Mendes Campos), para “Parque Municipal Monsenhor Expedito Rodrigues de Ávila”, nos termos da Lei 9.691/2009.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:0237
7068731

Assinado de forma digital por JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
DN: c=BH, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111, ou=Presencial,
ou=Cartão de PF A3, cn=JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
Dados: 2023.02.13 13:56:42 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1** - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 13/02/2023 17:05:22 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ **Informações do arquivo**

Nome do arquivo PL 472-23 - Proposta de diligência - assinado.pdf
Resumo SHA256 do arquivo e086d87ca57c73d8bed88d4487c2cfc9a0749e4018a15f0775efb1f81693d320
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ **BR Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:***770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ **Informações da assinatura**

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 13/02/2023 16:56:42 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ **Informações do assinante**▶ **Caminho de certificação**▶ **Atributos****AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS**Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 197/22 , digo Of. Dirleg nº 197/23 11/04/23


Belo Horizonte, 9 de fevereiro de 2023

Senhor Presidente,

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 72/23, de autoria do vereador Cleiton Xavier, convida a Comissão de Legislação e Justiça para **Audiência Pública que se realizará em 28/2/23, às 10 horas, no Plenário Amyntas de Barros**, para que seja feita a Prestação de Contas pelos poderes Executivo e Legislativo referente ao 3º quadrimestre de 2022.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 72/23.

Atenciosamente,


Ver. Cleiton Xavier
Câmara Municipal de Belo Horizonte
Vereador Cleiton Xavier
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Vereador Irlan Melo
Presidente da Comissão de Legislação e Justiça
Câmara Municipal de Belo Horizonte